

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.946, DE 2008

Cria cargos no Quadro de Pessoal Permanente da Agência Nacional de Cinema - ANCINE, de que trata a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado VICENTINHO

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposta de criação de 100 cargos efetivos no Quadro de Pessoal Permanente da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, com adequação do Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004.

O provimento dos cargos criados dependerá da existência comprovada de prévia dotação orçamentária suficiente para cobrir as projeções de despesa de pessoal.

Consoante a Exposição de Motivos nº 00214/2008/MP, o quantitativo de cargos de Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual e de Técnico Administrativo que a Lei nº 10.871, de 2004, fixou para a ANCINE tornou-se insuficiente em virtude de *“alterações legais, regulamentares e administrativas que impuseram novos encargos à agência e ampliaram as atribuições de seu corpo funcional.”* E essa situação teria se agravado com *“o crescimento das demandas ao longo dos últimos quatro anos, sem o correspondente aumento do quadro efetivo da Agência”*.



EA7E117507

Para contornar o déficit de pessoal, a Administração optou pela terceirização de alguns serviços, mas um Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho prevê a substituição, por servidores efetivos, dos empregados contratados por diversos órgãos e entidades federais, inclusive com contratados pela ANCINE.

Nenhuma emenda foi apresentada perante este colegiado no decurso do prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

O eventual provimento dos cargos criados gerará um impacto orçamentário-financeiro estimado em R\$ 329 mil mensais e R\$ 4,07 milhões.

Mas os órgãos de controle entenderam irregular a terceirização de determinadas atividades, que precisam ser exercidas por servidores efetivos. Na ANCINE, a criação de 44 cargos de Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual e de 56 cargos de Técnico Administrativo é imprescindível para o cumprimento do Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho.

Pelo exposto, voto, no mérito, pela integral aprovação do Projeto de Lei nº 3.946, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado VICENTINHO
Relator



ArquivoTempV.doc



EA7E117507